

A Cidade Biopolítica
Dispositivos de segurança, população e *homo*
***oeconomicus*¹**

The biopolitic city. Safety devices, population and
homoeconomicus

João Roberto Barros II*

Recebidoem: 02/2016
Aprovadoem: 05/2016

Resumo: *A cidade teve uma importância econômica crescente durante o desenvolvimento do capitalismo. O objetivo do presente texto é argumentar que o espaço urbano é um foco de análise privilegiado em algumas obras de Michel Foucault. Os pontos a serem abordados são 1) os dispositivos de segurança como tecnologias de governo das condutas, 2) a população como alvo desses dispositivos e 3) a conduta dos cidadãos que é pautada cada vez mais por critérios econômicos, configurando o homo oeconomicus.*

Palavras-chave: *cidade, homo oeconomicus, neoliberalismo, biopolítica, Michel Foucault.*

Abstract: *The city had a growing economic importance during the development of capitalism. The objective of this paper is to argue about the fact that the urban space is a prime privileged focus of analysis in some of Michel Foucault's works. The points to be addressed are 1) safety devices such as conduct government technologies and the population as a target of such devices and 2) the citizens' conduct which is increasingly guided by economic criteria, configuring the homo oeconomicus.*

Key words: *city, homo oeconomicus, neoliberalism, biopolitic, Michel Foucault.*

*Dr. em Filosofia, Dr. em Ciências Sociais, Professor na UNILA –
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Problemata: R. Intern. Fil. v. 7. n. 1 (2016), p. 216-233 ISSN 2236-8612
doi:<http://dx.doi.org/10.7443/problemata.v7i1.27701>

Introdução

O presente texto segue bem de perto o argumento de Michel Foucault contido em dois cursos: *Segurança, Território, População e Nascimento da biopolítica*. Quanto ao primeiro, os focos de análise são os conceitos *dispositivos de segurança e população*. Passando ao segundo, a prioridade será o conceito *homo oeconomicus*.

Daremos início ao nosso argumento explanando o modo como Foucault aborda os dispositivos de segurança. Para ele, tais dispositivos são tecnologias de poder que têm como foco o governo das populações. Veremos que, para a efetivação desse governo, faz-se imprescindível contar com a liberdade dos indivíduos.

No tópico seguinte, será evidenciada a importância dada à Foucault ao novo sujeito político da modernidade chamado população. Fazendo a diferenciação entre população e povo, ele alude à possibilidade de entender aquela como um conjunto de indivíduos atravessados por tecnologias de poder, sendo influenciados em sua liberdade. Assim sendo, os componentes dessa população não serão vistos como sujeitos de direitos, se não como indivíduos com uma liberdade produzida.

Por último, o conceito de *homo oeconomicus* é resgatado para exemplificar o modo como essa população governada via dispositivos de segurança passa a ser administrada predominantemente pela via econômica. Os indivíduos que têm sua liberdade produzida, acabam por pautar sua conduta obedecendo o critério econômico. Daí termos uma sociedade da concorrência e não da liberdade.

Em última instância, nosso objetivo é mostrar como a relação entre esses conceitos se dão de forma mais evidente quando observamos sua interação na cidade², no espaço urbano.

Dispositivos de segurança

Para Foucault, o planejamento das cidades passa a estar vinculado ao problema da segurança (FOUCAULT, 2007, p. 39; 2004a, p. 21). Por sua vez, o que caracteriza em essência o dispositivo de segurança é a gestão da população em suas regularidades.

Os dispositivos de segurança permitem que o soberano do território seja também o arquiteto do espaço. Assim, a regulação do meio tem justamente na circulação de pessoas, mercadorias e miasmas seu principal objetivo. “Função estruturadora do espaço e do território”, declara Foucault (2007, p. 45; 2004a, p. 31)³. A cidade, reconfigurada em sua disposição espacial, “articula no território as esferas necessárias para sobrevivência do capital: produção, circulação e consumo” (DIMENSTEIN e ALVERGA, 2011, p. 231).

Trata-se do surgimento de tecnologias de segurança, seja dentro de mecanismos que são efetivamente de controle social, como no caso da penalidade, seja de mecanismos cuja função é provocar alguma modificação no destino biológico da espécie (FOUCAULT, 2007, p. 26; 2004a, p. 12).

Quanto ao seu objetivo, essas tecnologias visam um “esquadrinhamento mais rigoroso da população”, segundo o qual é feita uma “análise da ociosidade” com vistas a tornar “a pobreza mais útil, fixando-a ao aparelho de produção” [efetuando uma] “decomposição utilitária da pobreza” (FOUCAULT, 1979, p. 196; 2001, p. 16).

Ainda no séc. XVII e também a princípios do séc. XVIII, a cidade é caracterizada em essência por uma especificidade jurídica e administrativa que a isolava ou a marcava de uma maneira muito singular com respeito às demais extensões e espaços do território (FOUCAULT, 2007, p. 28; 2004a, p. 14).

Ainda nas palavras de Foucault (2007, p. 47; 2004a, p. 32) “desde o séc. XVII, a revolta urbana é desde já a grande coisa que o governo deve evitar”. Uma das causas mais insidiosas de revolta era a escassez de alimentos. Pois bem, os dispositivos de segurança, que tratarão a escassez como um acontecimento, serão ferramentas para evitar a escassez ou administrá-la de forma a minimizar as revoltas. Com vistas à este fim, a escassez deixa de ser pensada como uma má sorte ou como o resultado de uma conduta moral inapropriada do povo que resultaria em um castigo. Visão cosmológica ou moral do aleatório.

Com as novas técnicas de governo próprias da Modernidade, a escassez passa a ser vista como um

acontecimento que pode ser administrado e até mesmo evitado. Para tanto, faz-se necessário o desenvolvimento de dispositivos de segurança que estejam atentos à produção, ao armazenamento e ao comércio dos grãos produzidos. O objetivo é assegurar à população, urbana sobretudo, o mínimo necessário para sua subsistência, evitando assim a revolta. Desse modo, é possível perceber como o surgimento dos dispositivos de segurança reforçam o fato de a população estar associada ao problema político moderno (FOUCAULT, 2007, p. 103; 2004a, p. 78).

Foucault defende que, a partir dos sécs. XVII e XVIII, foi desenvolvido todo um sistema de vigilância destinado à cadeia produtiva de grãos. Durante o período mercantilista, a estratégia adotada foi manter o menor preço possível dos grãos ao produtor, garantindo um menor custo para a população urbana, aliado à manutenção dos salários a níveis mais baixos. Nota-se o privilégio dado ao empresariado urbano frente aos produtores rurais.

Contudo, Foucault ressalta que esse modelo fracassou por razões que são expostas a seguir: 1) o preço final pago ao produtor rural se mostrava insuficiente para cobrir os gastos com a produção. O valor investido não retornava. 2) Por consequência, o produtor rural via-se desestimulado a continuar com sua atividade no ano seguinte, o que levava a uma diminuição da área de plantio em relação ao ano anterior. A resultante dessa somatória de fatores é que 3) a escassez de alimentos perdurava justamente por conta do mecanismo pelo qual deveria ser combatida. Essa forte causa das revoltas urbanas, que deveriam ser evitadas, recrudescia (FOUCAULT, 2007, p. 50; 2004a, p. 35).

Dada a ineficácia dessa estratégia de regulação própria do mercantilismo, ela é substituída pelo princípio da liberdade econômica e circulação irrestrita da produção agrícola. Esse princípio foi defendido sobremaneira pela doutrina fisiocrata, que afirmava ser a produção agrícola o ramo neto de um país como a França do séc. XVIII. A introdução dos dispositivos de segurança parece estar estreitamente ligada à circulação de grãos tal como defendida pelos Fisiocratas nesse período.

A disputa teórico-política na qual estava inserida a emergência dos dispositivos de segurança leva Foucault a mencionar um texto considerado por ele como um marco no pensamento econômico. Trata-se de *Lettre d'un négociant sur la*

nature du commerce des grains (1763), de Louis-Paul Abeille. O estudo desse texto foi empreendido usando do método genealógico, ao observar a “genealogia das tecnologias de poder”, considerando seus objetivos, as estratégias e os programas de ação política por ele sugeridos (FOUCAULT, 2007, p. 56; 2004a, p. 38).

A primeira diferença conceitual está em não considerar a escassez um mal. A escassez passa a ser vista como um acontecimento natural. O foco principal da análise deve ser o grão, ao invés da escassez. Tratando a realidade sem a pretensão de impedi-la, Foucault enxerga a inserção de um “dispositivo de segurança” em detrimento do sistema jurídico disciplinário antes predominante⁴. A primeira diferença será favorecer o aumento dos preços, permitir o armazenamento, incentivar a exportação e restringir a importação. Com a liberdade irrestrita para a circulação de grãos, dois resultados são alcançados: 1) aumento dos cultivos por conta da alta dos preços mesmo em tempos de abundância; e 2) redução do risco de escassez que pode alimentar revoltas dentro das urbes. Está afastado assim uma das causas das temidas rebeliões daquele tempo (FOUCAULT, 2007, p. 58; 2004a, p. 40).

Os dispositivos de segurança permitem ao governante tratar o fenômeno da escassez como algo natural, intervindo na realidade sem tratar de impedi-la. Encarar a escassez como algo natural permite vê-la não como um mal absoluto. Desse modo torna-se mais eficaz regulá-la e minimizá-la em tempos difíceis. Assim nasce o governo da natureza das coisas. Nesse módulo, os dispositivos de segurança se mostram mais eficientes que seus anteriores.

O segundo acontecimento problematizado por Foucault é a varíola no séc. XVIII. Na Europa daquele tempo cada criança tinha duas chances em três de ser contagiada com essa doença (FOUCAULT, 2007, p. 76; 2004a, p. 59). Essa realidade, além de afetar a potência do Estado, poderia levar a distúrbios na população, já que a mesma não raras vezes era assolada por ondas epidêmicas.

Como estratégia de combate à varíola, alguns países europeus começam a fazer campanhas de vacinação entre o final do séc. XVII e início do séc. XVIII. A vacinação se mostra uma prática eficiente pelos seguintes fatores: 1) por ser preventiva; 2) por se mostrar exitosa; e 3) por ser de longo alcance, ou seja, poder ser aplicada à população em geral (FOUCAULT, 2007, p.

77; 2004a, p. 60). Não obstante, algo que chama a atenção é que a vacinação era uma técnica completamente estranha à teoria médica da época.

A vacinação apenas foi mantida e ampliada por se mostrar estatisticamente eficiente. Esse acontecimento faz-se notar por um “empirismo despojado”, ressalta Foucault (FOUCAULT, 2007, p. 77; 2004a, p. 60). Não eram as teorias médicas e suas inovações que sustentavam a prática da vacinação em larga escala. Seu embasamento teórico veio de outra rama da ciência, muito mais jovem por sinal: a Estatística. Com o uso de cálculos de probabilidades, essa prática foi sendo disseminada no corpo social.

A polícia médica, por sua vez, podia atuar de modo mais específico, observando constantes e regularidades, apoiada nas informações obtidas pelos instrumentos estatísticos de aferição. A vigilância passava a estar inteiramente relacionada aos cálculos estatísticos (FOUCAULT, 2007, p. 80; 2004a, p. 61). A vacinação, assim, integra-se a outros dispositivos de segurança, demonstrando o quão importante é ressaltar o fato de, tanto no caso da escassez, como da varíola, os dispositivos de segurança possuírem a mesma morfologia.

Identificando regularidades da população, foi possível fixar taxas de morbidade e mortalidades normais (FOUCAULT, 2007, p. 83; 2004a, p. 64). O governante intervirá na população para reduzir as normalidades mais desfavoráveis. Não se trata de extingui-las. Há todo um cálculo de aceitabilidade para cada caso, considerando enfermidades, delitos, etc. Essas taxas refletem as constantes presentes na população. Já que ela passa a ser vista como um “conjunto de elementos” constantes (FOUCAULT, 2007, p. 100; 2004a, p. 76).

No caso da escassez, a cidade é vista como uma cidade-mercado. No caso da varíola, ela é vista como uma cidade-foco-infeccioso (FOUCAULT, 2007, p. 84; 2004a, p. 65). Em ambos os casos a cidade figura como um espaço biopolítico. Tanto a escassez, como a proliferação de doenças podem levar à revolta, elemento mais temido pelos governantes daquele tempo. Assim, a circulação de mercadorias e miasmas passa a ser um problema central para a governança das cidades (FOUCAULT, 2007, p. 85; 2004a, p. 66).

A população

O “objetivo final” dos dispositivos de segurança será a “população” (FOUCAULT, 2007, p. 63; 2004a, p. 44). A população é o novo objeto político dessa nova arte de governar nascente na Modernidade. Será encarada também como sujeito, na medida em que se faz necessário regular a maneira como se conduz. Como objeto, a população aparece como “o foco ao qual apontam os mecanismos [ou dispositivos] para obter dela determinado efeito” (FOUCAULT, 2007, p. 63; 2004a, p. 44).

A população é diferenciada conceitualmente da categoria de povo que a antecedeu historicamente desde a Antiguidade. Nas palavras de Foucault,

Nesse desenho que começa a ser esboçada a noção de população também vemos se perfilar uma partição na qual o povo aparece de maneira geral como o elemento que trata de se subtrair ao dispositivo por qual conduzido a população existe, é mantida e subsiste, e o faz em um nível ótimo. A oposição povo/população é muito importante (FOUCAULT, 2007, p. 65; 2004a, p. 46).

De acordo a essa oposição entre povo e população, o primeiro passa a ser responsável pelo questionamento do sistema. Quem desajusta o sistema faz parte do povo e não da população.

Outra marca fundamental que distingue a população é sua diferença frente ao sujeito coletivo constituído pelo contrato social (FOUCAULT, 2007, p. 66; 2004a, p. 108). Foucault não está falando de um conjunto de indivíduos considerados como sujeitos de direitos, tal qual moldado pela Teoria contratualista moderna. Para Foucault, os dispositivos de segurança são ferramentas de governo que permitem encarar a população como um foco de intervenção permanente.

Os *dispositivos de segurança* trabalham, fabricam, organizam, condicionam um meio. [...] O *meio* será então o âmbito no qual se dá a circulação. É um conjunto de dados naturais [...] e um conjunto de dados artificiais, aglomeração de indivíduos, aglomeração de casas, etc. [...] Através do meio aponta-se, por tanto, a esse fenômeno de circulação das causas e dos efeitos. E o meio aparece por último como um campo de intervenção onde, em vez de afetar aos indivíduos como um conjunto de sujeitos de direito capazes de ações

voluntárias [...], tratar-se-á de afetar, precisamente, a uma *população* (FOUCAULT, 2007, p. 41; 2004a, p. 22-23 – grifo nosso).

A população passa a ser uma categoria fundamental, pois é tida como uma “força produtiva” (FOUCAULT, 2007, p. 91; 2004a, p. 71). A cidade é uma cidade biopolítica porque também irá colaborar sobremaneira para o incremento da potência do Estado ao qual pertence. É a população que será capaz de transformar recursos em riquezas. A relação população-riqueza-produção estará cada vez mais evidente para os governantes da Modernidade.

A biopolítica agirá sobre os desejos da população, já que justamente o desejo é parte natural do indivíduo quando busca a satisfação de seus interesses. Os dispositivos de segurança atuarão também na produção de interesses coletivos por meio do desejo. Desse modo, a produção de interesses é a resultante da soma de desejos naturais e dispositivos artificiais que atuam sobre os primeiros (FOUCAULT, 2007, p. 96; 2004a, p. 75).

Dadas as regularidades da população, o soberano seria mais feliz no exercício de seu poder se tratasse de interferir nessas regularidades sem impor a força, mas sim tratando de normalizar os fenômenos de modo a melhor conduzir a população aumentando, assim, a potência do Estado.

Resgatando o abordado sobre os Fisiocratas e a primazia da circulação de grãos no séc. XVIII, os dispositivos de segurança apresentam uma vantagem em relação aos dispositivos disciplinares⁵. Os primeiros são marcados pela sua liberalidade. O lema *laissezfaire* é predominante e permite regular a realidade tendo em conta a natureza inevitável dos fenômenos. A disciplina, por sua vez, prescreve e limita de forma considerável a liberdade.

Um dispositivo de segurança [...] só pode funcionar bem com a condição de que se dê algo que é justamente a liberdade, no sentido moderno que adota no séc. XVIII: já não as franquias e os privilégios associados a uma pessoa, mas a possibilidade de movimento, deslocamento, processo de circulação da gente e das coisas (FOUCAULT, 2007, p. 71; 2004a, p. 50).

Nosso autor considera que “[...] o problema da cidade era essencial e fundamentalmente um problema de circulação” (FOUCAULT, 2007, p. 29; 2004a, p. 15). As ruas amplas das cidades da França no séc. XVIII tinham sua razão de ser pelos

objetivos a serem alcançados: 1) higiene, 2) comércio interior, 3) comércio exterior e 4) vigilância. A esses objetivos correspondem, por sua vez, três papéis a serem desenvolvidos pela capital em um Estado: 1) papel político, 2) papel moral e 3) papel econômico. Toda a discussão da eficácia de uma capital para seu Estado é influenciada pela intensidade da circulação, seja de ideias, de ordens ou de mercadorias. A capital deve ser a principal cidade responsável pelo desenvolvimento econômico máximo por meio do comércio.

A cidade biopolítica é um espaço projetado para produção/circulação e não para o encontro de pessoas. Grandes avenidas, terminais de transporte nos mais diferentes modais, são um bom exemplo das características do espaço que muitos de nós habitamos. É um “espaço projetado para a circulação” por estar composto por não-lugares ou lugares de passagem (DIMENSTEIN e ALVERGA, 2011, p. 225).

Tendo uma visão mais ampla dos argumentos de Foucault, considerando tanto a fase da disciplina como a fase da biopolítica, é possível contribuir com o seguinte argumento:

Relativamente aos procedimentos do poder disciplinar [...] mecanismos do biopoder implicarão um modo próprio de agenciamento do espaço, uma forma precisa de normalização [...]. Na biopolítica, o agenciamento do espaço corresponderá ao problema da organização de um “meio” que permita a circulação das coisas e das pessoas. A normalização, por sua vez, irá se referir aos procedimentos de regulação que atuam sobre os processos gerais da vida. E o corpo a ser singularizado como objeto e sujeito dos mecanismos de poder é o corpo coletivo das populações (FONSECA, 2011, p. 242).

Considerando a cidade como um espaço biopolítico, é possível compreender dito espaço recortado com vistas à constituição de uma sociedade normalizada. A cidade biopolítica abriga uma “sociedade de normalização”, ou seja, uma sociedade de indivíduos conduzidos através de espaços minuciosamente recortados e dispostos por relações de poder (FOUCAULT, 1997, p. 225).

Essa sociedade de normalização está caracterizada por um exercício produtivo do poder sobre os espaços e sobre a população. É justamente no séc. XVIII que se dá a “invenção das tecnologias positivas de poder” que representarão um dos

traços mais marcantes dessa nova “arte de governar” incidente sobre a população (FOUCAULT, 2008, p. 55-56). Esta nova arte de governar levará o exercício do poder a níveis que ainda não haviam sido alcançados até aquele momento. Sua eficácia e minúcia propiciarão ao governante resultados antes inalcançáveis. Considerando diferentes âmbitos, “[...] vemos essa espécie de imensa evolução que tende a duplicar uma operação [...] com toda uma técnica concertada de análise, eleições meditadas, gestão contínua das almas, das condutas e, finalmente, dos corpos” (FOUCAULT, 2008, p. 177).

O homo oeconomicus

Para ter uma melhor compreensão do modo de funcionamento da cidade biopolítica, é importante entender como atuam os indivíduos que compõem as populações habitantes desse espaço.

Vimos até o momento como os dispositivos de segurança são distinguidos dos dispositivos jurídicos e disciplinares por Foucault. Quanto aos primeiros, não se trabalha com a noção de povo, mas de população. Quanto aos últimos, tem-se a liberdade, a circulação, como elemento fundamental a ser considerado.

Foucault dirá que o Liberalismo é capaz de produzir a liberdade. Em suas palavras:

A liberdade é algo que se fabrica a cada instante. O liberalismo não é o que aceita a liberdade, é o que se propõe a fabricá-la a cada momento, suscitá-la e produzi-la com, desde já, [todo o conjunto] de coações, problemas de custo postos por essa fabricação (FOUCAULT, 2012, p. 85; 2004b, p. 66).

Referindo-se ao caso norte-americano, Foucault argumenta:

E a política do *welfare* posta em vigência por Roosevelt, por exemplo, a partir de 1932, era uma maneira de garantir e produzir, em uma situação perigosa de desemprego, mais liberdade: liberdade de trabalho, liberdade de consumo, liberdade política, etc. A que preço? Ao preço, justamente, de toda uma série de

intervenção [...] (FOUCAULT, 2012, p. 90; 2004b, p. 69).

Há toda uma gama de dispositivos produtores da liberdade, por meio de mecanismos de produção, segurança e fabricação. A produção de liberdades será efetivada no liberalismo a partir do escrutínio da conduta econômica de quem trabalha⁶. O indivíduo produtivo característico da sociedade liberal e neoliberal será o *homo oeconomicus*. Este indivíduo é considerado produtor e consumidor ao mesmo tempo. Consumidor das mercadorias disponíveis no mercado e produtor de sua própria satisfação ao consumi-las.

[...] o neoliberalismo aparece nessas condições como o retorno ao *homo oeconomicus*. [...] o homem do intercâmbio, o sócio, um dos dois sócios no processo de intercâmbio. E este *homo oeconomicus* sócio do intercâmbio implica, está claro, uma análise de sua essência, uma decomposição de seus comportamentos e maneiras de atuar em termos de utilidade que se referem, lógico, a uma problemática das necessidades (FOUCAULT, 2012, p. 264; 2004b, p. 231).

Esse sujeito concebido como *homo oeconomicus* será cada vez mais valorizado conforme o volume de seu capital humano. Este conceito configura uma nova ferramenta teórica para analisar o trabalho. O capital humano está composto por elementos inatos e elementos adquiridos. Os elementos inatos irão apelar à tecnologia genética. Esta passa a ser aplicada à população humana como forma de identificar os indivíduos que oferecem algum tipo de risco. O governante que for capaz de proporcionar as condições favoráveis para que sua população possa “produzir indivíduos de baixo risco [...], para eles mesmos, para seu entorno, para a sociedade” alcançará a conformação de uma população mais produtiva (FOUCAULT, 2012, p. 267-268; 2004b, p. 234).

Em sintonia com a lógica do risco (Beck, 2002), que supõe que todos em algum grau oferecemos risco (O'Malley, 1996), este conjunto de saberes estabeleceu um tipo de racionalidade que dirime entre as modulações da subjetividade, graças à crença de que somos capazes de identificar os indivíduos em risco, aqueles a quem uma combinação particular de biologia e história de vida torna-os susceptíveis de certas

condições de futuro. Um tipo de situações pressintomáticas ou assintomáticas que podem identificar *indivíduos susceptíveis de* (Rose, 2010) (GRINBERG, 2011, p. 16).

Como bem salienta Foucault, o casamento e a criação dos filhos são ações que podem ser vistas sob o prisma do capital humano. Para uma boa constituição genética dos filhos é importante observar e analisar bem a(o) companheira(o) com quem será realizada a união matrimonial. Tudo depende de um bom casamento.

[...] aplicar integralmente ao setor doméstico o marco analítico reservado pela tradição à empresa e ao consumidor [é uma inovação significativa]. [...] Trata-se de fazer do casal uma unidade de produção do mesmo modo que a empresa clássica (Migué *apud* FOUCAULT, 2012, p. 282; 2004b, p. 251).

Consumado o casamento e chegada a prole, vale, sobretudo, um bom investimento em educação. Aqui se trata dos elementos adquiridos do capital humano. Bons colégios e cursos superiores em instituições de renome são um diferencial. Afinal, os bens materiais são temporários, mas o conhecimento é perene. Como bem enfatiza Veiga-Neto, “conhecer os modos pelos quais as crianças estão sendo governadas tem tudo a ver com o tipo de sociedade futura que está hoje a ser gestada nas famílias, nas escolas e nos espaços sociais mais abertos” (VEIGA-NETO, 2015, p. 56).

O próprio tempo que a mãe dispensa ao filho passa a ser considerado um tipo de investimento da família no capital humano da criança. Uma criança que tenha recebido mais atenção de sua mãe na idade adequada tem a possibilidade de ser mais forte emocionalmente e por isso carregará consigo um capital humano mais desenvolvido. O raciocínio é que o investimento feito em forma de afetividade será convertido em uma renda material quando a criança estiver em idade economicamente ativa (FOUCAULT, 2012, p. 280; 2004b, p. 249).

A dinâmica relacional de nosso cotidiano passa a ser pautada predominantemente pelos laços econômicos. Os objetivos e realizações buscados têm no crivo econômico uma força que impele os indivíduos a uma busca incessante por novos patamares, novos rendimentos, novos ganhos. A

subjetividade marcada pela responsabilidade econômica deixa ver-se de modo mais desvelado à medida que sua autoridade prevalece sobre outros aspectos da vida cotidiana. É como se nossa natureza (se é que podemos usar esta expressão junto aos textos de Foucault) fosse descaracterizada pelo poder de realizar coisas, produzir resultados.

O *homo economicus* [sic] não é, então, para Foucault, o átomo de liberdade indivisível face ao poder soberano, ele não é o elemento irredutível ao governo jurídico, mas “um certo tipo de sujeito” que permitirá a uma arte de governar de se limitar, de se reger segundo os princípios da economia e de definir uma maneira de “governar o menos possível”. O *homo economicus* [sic] é o parceiro, o face a face, o elemento de base da nova razão governamental que se formula a partir do século XVIII (LAZZARATO, 2013, p. 44).

Ao estarem submetidos à dinâmica econômica, os indivíduos passam por uma situação de tensão durante a qual não há nada mais importante que alcançar as metas postas, por mais ousadas e desgastantes que sejam. O simples fato de estar a maior parte do tempo almejando algo que está para além do presente dado, para além das outras possibilidades que já estão disponíveis, já gera um desgaste. A subjetividade própria do *homo oeconomicus* traz consigo o peso da responsabilidade de sempre conquistar mais, produzir mais. Um fardo sustentado pela noção de que aquilo a ser conquistado ou alcançado é justamente algo devido, ao qual o indivíduo tem o direito a receber.

A sociedade regulada segundo o mercado na qual pensam os neoliberais é uma sociedade onde o princípio regulador não deve ser tanto o intercâmbio de mercadorias, mas os mecanismos da competência. Esses mecanismos devem ter a maior superfície e espessura possíveis e também ocupar o maior volume possível na sociedade. Isto é, aquilo que se procura obter não é uma sociedade submetida ao efeito da mercadoria, mas uma sociedade submetida à dinâmica competitiva. Não uma sociedade de supermercado: uma sociedade de empresa. O *homo oeconomicus* que se tenta reconstruir não é o homem do intercâmbio, não é o homem consumidor, é o homem da empresa e da produção (FOUCAULT, 2012, p. 182; 2004b, p. 152).

Não há nada antes do fazer, do realizar. O *homo oeconomicus* deve estar preparado para realizar continuamente. Deve ser um ser realizador de sua própria exploração. Sua própria subjetivação sujeitada. Quando passamos a pautar nossa conduta embasados em uma subjetividade econômica, a correção de rota é uma possibilidade sempre presente. Devemos sempre estar prontos a considerar a possibilidade de mudarmos de atividade, buscarmos uma especialização, investir em aperfeiçoamento, enfim, reproduzir esta subjetividade econômica tendo sempre em vista novas possibilidades do mercado. A única convicção que permanece é a da mudança constante. A prontidão em aceitar a correção de rota, ou do erro pela escolha econômica feita anteriormente.

Uma subjetividade que escape a esta dinâmica própria do *homo oeconomicus* necessita primar pela conduta livre das amarras da concorrência. A maior dificuldade não seria sair da dinâmica própria do mercado, mas deixar de manifestar uma subjetividade selada pela marca que visa sempre à concorrência, à produção, à conquista, ao ganho.

[...] sob essa lógica, ao tomar a si mesmo como um capital, a entreter consigo (e com os outros) uma relação na qual ele se reconhece (e aos outros) como uma microempresa; e, portanto, nessa condição, a ver-se como entidade que funciona sob o imperativo permanente de fazer investimentos em si mesmo – ou que retornem, a médio e/ou longo prazo, em seu benefício – e a produzir fluxos de renda, avaliando racionalmente as relações de custo/benefício que suas decisões implicam (GADELHA, 2009, p. 149).

É importante esclarecer que não se fala aqui de uma liberdade ingênua. Uma liberdade natural típica de clássicos como Rousseau, Kant, Mill, Locke entre outros. Usando de uma fala situada em outro contexto, mas que muito bem pode ser útil aqui, Foucault assevera:

[...] nas sociedades capitalistas e burguesas [vigora] um regime de liberdade constante; não se trata de dizer: o poder, em sociedades como as nossas, é mais tolerante do que repressivo e a crítica que se faz da repressão pode, muito bem, assumir ares de ruptura, mas faz parte de um processo muito mais antigo do que ela e, segundo o sentido em que se leia esse processo, aparecerá como um novo episódio na atenuação das interdições ou como

forma mais artilosa ou mais discreta de poder (FOUCAULT, 1984, p. 19).

O exercício de uma conduta livre não pode deixar escapar esta dimensão da liberdade. Ter discernimento das relações de poder presentes na fruição da liberdade nos ajuda a evitar o erro de pensarmos que somos naturalmente livres e continuarmos a exercer uma conduta majoritariamente econômica, justamente por não levarmos em consideração a sociedade de mercado na qual estamos inseridos. As distintas estratégias de poder que conformam este mundo tem a capacidade de criar sulcos nas subjetividades não precavidas.

A capacidade de produzir algo novo passa a ser encarada como uma necessidade perene. Não há mais tempo para ociosidade. Admite-se apenas aquele ócio ligado à dinâmica produtiva. A subjetividade do *homo oeconomicus* é expressada por suas competências, seus resultados, seus logros. Seu valor está nisso. Contudo, há uma grande diferença entre estar peremptoriamente interessado no alcance de objetivos, na satisfação de necessidades criadas, e exercer uma subjetividade livre. A satisfação de desejos pode ser uma das prisões mais severas justamente por sua sutileza.

A política vital de nosso século se vê bem diferente. Já não está limitada pelos polos da doença e saúde, não se focaliza em eliminar a patologia para proteger o destino da nação. Ao contrário, ocupa-se do aumento de nossas capacidades para controlar, gerenciar, construir, remodelar e modular as capacidades vitais dos seres humanos consideradas como criaturas viventes (ROSE, 2007, p. 03).

Pensar ingenuamente é pensar na satisfação de necessidades e não no exercício de uma conduta livre. No primeiro caso, acabamos sendo servos de uma maquinaria de poder especializada na produção de desejos. No segundo caso, cabe a cada indivíduo a crítica de si e de seu presente para alcançar uma compreensão mais ampla do exercício da liberdade. Lá prevalece a expectativa do que ainda está por ser recebido ou conquistado. Aqui a convicção de que a vida pode ser medida por outro critério, ao invés da produtividade possível de ser alcançada por alguém.

[...] a verdade não pertence à ordem do poder, mas tem um parentesco originário com a liberdade: eis aí alguns temas tradicionais da filosofia que uma "história política da verdade" deveria resolver, mostrando que nem a verdade é livre por natureza nem o erro é servo: que sua produção é inteiramente infiltrada pelas relações de poder (FOUCAULT, 1984, p. 80-81).

Considerando as novas tecnologias de poder surgidas na Modernidade, bem como os conceitos e áreas do saber que as compõe, vemos nessa passagem uma ponderação a ser considerada.

Conclusão

Nas páginas anteriores, foi possível estabelecer uma relação entre os conceitos *dispositivos de segurança*, *população* e *homo oeconomicus* tendo a cidade, o espaço urbano, como *locus* privilegiado de análise.

Ao falar de dispositivos de segurança, Foucault enfatiza a importância destes para a nova forma de governo que surge na Modernidade. Seguindo de perto os argumentos contidos no curso *Segurança, Território, População*, podemos perceber a mudança no argumento de Foucault se lembramos da sociedade normalizada posta à luz em *Vigiar e Punir*.

No mesmo curso mencionado acima, vemos como a população surge como novo sujeito político, distinguindo-a da categoria povo. Surge a proposta de encarar o conjunto de indivíduos não como um grupo de sujeitos de direito, mas como uma assembleia permeada por dispositivos de segurança, sofrendo continuamente com a atuação de um poder produtivo. Uma população que será guiada no exercício de sua liberdade, favorecendo o incremento da sociedade industrial.

É justamente nessa sociedade industrial que tem lugar o sujeito caracterizado como *homo oeconomicus*. Sua conduta obedece critérios de produtividade, ganho, maximização de lucros e obtenção de vantagens. Já não podemos falar de uma liberdade natural, mas sim uma sorte de liberdade produzida pelo poder por meio dos dispositivos de segurança. Conformando uma sociedade da concorrência, em detrimento de uma sociedade da liberdade, o governo pode ser exercido de modo mais eficiente. A partir dessa perspectiva, a aposta de

Foucault, e também a nossa, é encontrar uma alternativa com novos elementos que nos ajudem a compreender os desafios atuais de nossos tempos.

Referências

DIMENSTEIN, Magda; ALVERGA, Alex Reinecke de. Alteridade e produção de territórios existenciais. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUZA FILHO, Alípio (Orgs.). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 225-240.

FONSECA, Márcio Alves da. Entre a vida governada e o governo de si. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUZA FILHO, Alípio (Orgs.). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 241-251.

FOUCAULT, Michel. A política da saúde no século XVIII. In: *Microfísica do poder* - 26. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 193-208.

_____. *Dits et écrits II*. Paris: Gallimard, 2001.

_____. *“Il faut défendre la société”*. Cours au Collège de France – 1976. Paris : Gallimard, 1997.

_____. *Histoire de la sexualité I – La volonté de savoir*. Paris : Gallimard, 1984.

_____. *Los anormales*. Curso en el Collège de France 1974-1975. Trad. de Horacio Pons. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

_____. *Nascimento de labiopolítica*. Curso en el Collège de France 1978-1979. Trad. de Horacio Pons. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

_____. *Naissance de labiopolitique*. Cours au Collège de France – 1978-1979. Paris : Gallimard, 2004b.

_____. *Sécurité, Territoire, Population*. Cours au Collège de France – 1977-1978. Paris : Gallimard, 2004a.

_____. *Seguridad, Territorio, Población*. Curso en el Collège de France 1977-1978. Trad. de Horacio Pons. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

GADELHA, Sylvio. *Biopolítica, governamentalidade e educação. Introdução e conexões a partir de Michel Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

- GRINBERG, Silvia. La conjetura del ADN. Vital politics y conducción de la conducta en la educación de nuestros tiempos. In: *Cuadernos de trabajo # 1*. Biopolítica – Gubernamentalidad, educación, seguridad. Buenos Aires: UNIPE, 2011, p. 13-24.
- LAZZARATO, Maurizio. Biopolítica/Bioeconomia. In: PASSOS, Izabel C. Friche (Org.). *Poder, normalização e violência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 41-52.
- ROSE, Nikolas. *The Politics of Life Itself. Biomedicine, power and subjectivity in the Twenty-First century*. Woodstock: Princeton University Press, 2007.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Por que governar a infância? In: RESENDE, Haroldo (Org.). *Michel Foucault: o governo da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 49-56.

¹ Texto fruto de projeto de pesquisa intitulado “Ontologia do presente em Michel Foucault”.

² A população urbana no Brasil já supera os 86%. Para mais dados, conferir www.seriesestatisticas.gov.br. Para as projeções sobre a população em escala mundial, conferir www.unric.org e <http://esa.un.org/unpd/wup>.

³ As citações diretas com duas referências foram traduzidas por este autor, amparadas nas versões citadas e confrontadas com os textos originais. As exceções são traduções diretas dos respectivos idiomas.

⁴ A partir da leitura dos textos de Foucault, é possível identificar três sistemas que se sobrepõem na sociedade moderna industrial: 1) sistema de soberania, 2) sistema disciplinário e 3) sistema de segurança.

⁵ Foucault afirma que os dispositivos disciplinares carregam cinco especificidades: 1) análise e decomposição dos indivíduos, lugares e tempos; 2) classificação dos elementos; 3) sequenciamento; 4) fixação de procedimentos e 5) distinção entre aptos e inaptos. Na normalização disciplinária, é considerado normal aquele que é capaz de se adaptar à norma (FOUCAULT, 2007, p. 75).

⁶ Foucault fala em dispositivos “liberógenos” (FOUCAULT, 2012, p. 91; 2004b, p. 70).